

# Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista

**Maria Lucília Viveiros Araújo**  
Programa de Pós-graduação do  
Depto. de História/FFLCH-USP

RESUMO: Este artigo se propõe a descrever os interiores domésticos dos paulistanos e a refletir sobre o comércio e a produção artesanal da cidade de São Paulo na primeira metade do Oitocentos. Baseamo-nos principalmente nas informações dos inventários *post-mortem* da capital. Os memorialistas descreveram a cidade e seu mercado acanhados até o advento do café. Nossa pesquisa, ao contrário, identificou-os muito ativo desde o início do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura material. Mercado interno. História urbana. História de São Paulo. História do Oitocentos.

ABSTRACT: The present article aims at describing São Paulo city dwellings and at studying its trade and crafts production in the first half of the 19th Century. Our work is chiefly based on information collected from *post-mortem* inventories registered in São Paulo capital city. Memorialists have described São Paulo city and its market as insignificant until coffee cultivation took over as the main economic activity. However, our research has found out that, on the contrary, the domestic trade had been very active since the beginning of the 19th century.

KEYWORDS: Material Culture. Domestic Trade. Urban History. São Paulo History. 19th Century History.

Este trabalho baseou-se na amostra de 146 inventários *post-mortem* entre 1800 e 1850, do Arquivo do Judiciário do Estado de São Paulo<sup>1</sup>. Os inventários registram a riqueza acumulada pelo falecido para ser repartida entre os seus herdeiros. A abertura desses processos era obrigatória quando as partilhas envolviam menores, ou seja, não era um documento da abrangência dos registros paroquiais. Além disso, ele descreve a parte da população que possuía bens a repartir, isto é, ficavam excluídos os escravos e a maioria dos não proprietários. Apesar da exclusão dos mais humildes, essa documentação oferece uma

1. Utilizamos o banco de dados da tese de doutorado de História econômica *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*, defendida na FFLCH-USP e com financiamento da Fapesp. Agradecemos ao professor Christian Des-sureault, da Université de Montréal, pela orientação de parte de nossas leituras.

2. Atualmente é chamado Musée des sciences et de la technologie du Canada. Sua revista bilingüe *Revue d'histoire de la culture matérielle* é especializada nas questões da história material e na utilização da documentação serial. Referimo-nos particularmente aos artigos de Jean-Pierre Wallot (et al., 1983) sobre os métodos e os procedimentos da pesquisa com a documentação cartorial para o levantamento da cultura material canadense e ao artigo sobre os níveis de riqueza e os interiores domésticos em Saint-Roch, bairro de Quebec (HARDY, 1983). Incluímos a seguir o site da revista <<http://www.sciencetechnomuses.ca/francais/about/histoire.cfm>>

3. Nos inventários *post-mortem* os bens são classificados em três grandes categorias: imóveis (terras e construções), móveis (ouro e prata, dinheiro, ações, mobiliário, roupas, créditos e dívidas, etc.) e semoventes (escravos e animais). No cap. 4, item 1.6, da tese de Araújo (2003) constam as diferentes denominações dadas pelos historiadores à riqueza mobiliária.

4. Pesquisar o valor dos imóveis e dos semoventes na referida tese.

detalhada descrição da vida material dos proprietários da antiga sociedade, seja das casas grandes, seja das pequenas.

Os inventários podem fornecer dados tanto para as análises da história serial e quantitativa, indicando os níveis de riqueza da população, quanto para a história da cultura material, revelando os padrões de consumo da população e a introdução de novos equipamentos culturais. Propomos aqui uma integração dessas abordagens.

A idéia deste artigo deve muito às pesquisas correlatas publicadas pela *Revue d'histoire de la culture matérielle*, do antigo Musée National de l'Homme, do Canadá. O tema central dessa instituição era o cotidiano das aldeias e das vilas canadenses antes das máquinas, conseqüentemente a revista passou a ser um espaço de reflexão dessa "história dos objetos"<sup>2</sup>. Como no nosso caso, esses textos estavam mais ligados às estruturas do cotidiano de Fernand Braudel (1997) do que à interdisciplinaridade dos trabalhos mais recentes sobre a cultura material a que se referiu Marcelo Rede (1996) em artigo dos *Anais do Museu Paulista*.

Buscamos nos objetos usados pela população paulista averiguar o conforto, o consumo, a produção e a circulação desses bens e, assim, lançarmos uma série de evidências para incitar futuros aprofundamentos.

Para este estudo selecionamos apenas os bens domésticos e os profissionais entre os diversos ativos envolvidos num inventário<sup>3</sup>. Denominamos de bens domésticos os objetos que serviam ao propósito do lar, bens profissionais urbanos as instalações e as mercadorias das lojas e bens profissionais rurais as instalações e os estoques agrícolas. Identificamos então o uso dos vários equipamentos domésticos, tais como o mobiliário, os objetos de iluminação, decoração e higiene, os meios de transporte, os serviços de mesa, as vestimentas e as jóias e, por fim, os objetos religiosos, eruditos e profissionais.

Algumas peças desapareceram das listas de avaliação enquanto novos equipamentos foram incorporados. Essas informações nos revelaram o grau de modernização dos costumes locais; além disso, muitos objetos foram encontrados também nas lojas, o que nos indicou o tipo de produto disponível no comércio regular, assim como a possibilidade de sua importação ou produção local.

Procuramos, ainda, dar uma noção do valor dos diferentes produtos. As avaliações variaram principalmente de acordo com o nível de riqueza dos diferentes proprietários, por isso detalhamos o preço mínimo e o máximo. Ao contrário dos preços dos imóveis e dos semoventes, que dobraram nesses 50 anos estudados, os bens de consumo mantiveram seu valor, sendo que alguns tiveram o preço reduzido<sup>4</sup>. Assim, iremos descrever os interiores domésticos paulistanos e conjuntamente refletir sobre a dinâmica dos negócios locais na primeira metade do século XIX.

## A polêmica história paulistana

Após a abertura dos portos brasileiros a todas as nações amigas em 1808, muitos cientistas europeus obtiveram permissão para estudar os recursos

naturais da América portuguesa. Os artistas estrangeiros aproveitaram, também, para retratar – em gravuras ou aquarelas – a natureza tropical e os costumes dos povos luso-americanos. Tendo em vista que até essa data não havia publicações nessas terras, os testemunhos desses primeiros viajantes foram tornando-se fatos inquestionáveis, principalmente quando as suas observações coincidiam. Só recentemente os historiadores estão mais atentos na leitura desses relatos.

John Mawe (1978) foi um dos primeiros estrangeiros a receber autorização do governo de D. João VI para realizar uma série de viagens para investigação geológica. Suas impressões foram publicadas em inglês, em 1812. Esse autor deve ter consultado a literatura da época sobre o Brasil, assim como os participantes de outras viagens pitorescas leram as opiniões de Mawe, antes de publicar suas próprias memórias. De forma que os fatos coincidentes entre esses autores podem, às vezes, significar apenas que eles estavam apresentando opiniões avalizadas por outra publicação.

Nas ligeiras notas de viagem, Gustavo Beyer observou, no verão de 1813, que “nos arrabaldes moram muitos criolos índios que fabricam potes de barro de grande consumo, porque é uso geral preparar neles a comida e carregar água. Muitos outros objetos são fabricados de barro e não sem gosto” (BEYER, 1970, p. 288), enquanto, Mawe descreveu que “nos arredores da cidade, vive certo número de índios creoulos, que fabricam louça de barro para cozinha, grandes jarros para água e uma variedade de outros utensílios, ornamentados com algum gosto” (MAWE, 1978, p. 79). Esses dois autores devem ter passado em Pinheiros e observaram que seus moradores “viviam de fazer louças”, entretanto, a estrutura dessas frases é curiosamente idêntica. Foge ao nosso propósito a crítica desses textos, mas gostaríamos de observar que – como a história das províncias brasileiras continua a ser recontada com base nesses testemunhos – faz-se necessário uma análise mais minuciosa desses viajantes a partir das suas primeiras edições<sup>5</sup>.

Essas ponderações são extensivas às gravuras e aquarelas da época. Newton Carneiro (1976) comparou os desenhos originais da viagem pitoresca através do Brasil, de Johann Moritz Rugendas, com as gravuras de Derói e constatou que se faziam acréscimos de muitos elementos para a melhora da edição. Isto é, essas imagens não pretendiam ser fotografias das paisagens da América portuguesa, ao contrário, elas eram principalmente representações simbólicas do mundo artístico europeu e que precisavam ser decodificadas com os métodos e as técnicas da história da arte<sup>6</sup>.

Os antigos habitantes tinham também suas próprias lembranças da urbe paulistana. Francisco de Assis Vieira Bueno (1976) descreveu-a:

Em 1830 São Paulo era pois quase uma “formosa sem dote”, como a chamou Freire de Andrade, devendo sua formosura somente à notável beleza de sua situação e de seu horizonte visual. Circundada de campos estéreis, inçados de saúva, apenas matizados de capões e restingas, a lavoura circunvizinha, limitada à cultura da mandioca e de poucos cereais não lhe oferecia elementos de riqueza, dando-se o mesmo quanto à indústria pastoril<sup>7</sup>.

5. Além dos viajantes já citados, visitaram São Paulo Luiz D'Alincourt, em 1830; Daniel P. Kidder, relato publicado em 1842; Auguste Saint-Hilaire, nas viagens de 1819 e 1822; e Johann Baptist von Spix e Karl E.P.von Martius, na expedição de 1817 a 1820.

6. A tese de livre-docência de Ana Maria de Moraes Belluzzo (1994), defendida na FAU-USP, apresenta uma revisão bibliográfica dos artistas e cientistas que retrataram o Brasil nos primeiros séculos. O mais recente levantamento iconográfico da cidade de São Paulo do século XIX foi feito por Pedro Corrêa do Lago (1998). A tese de doutorado de Denise Aparecida Soares de Moura (2002), defendida na FFLCH-USP, sobre a sociedade paulista nos anos 1808-1850, teve o mérito de utilizar muita iconografia de época como documentação, porém, nem sempre atentou para os problemas levantados por Newton Carneiro.

7. O Projeto Pedagógico Cedac, uma instituição sem fins lucrativos, criou um *site* como parte das comemorações dos 450 anos de São Paulo. A frase de Vieira Bueno introduz a história paulistana do século XIX. Não pretendemos desmerecer essa criativa iniciativa. Estamos apenas chamando a atenção para um texto que, após cem anos, adquiriu *status* de verdade inquestionável. Ver <[http://www.aprenda450anos.com.br/450anos/sobre\\_projeto.asp](http://www.aprenda450anos.com.br/450anos/sobre_projeto.asp)>

Esse parágrafo de efeito dramático, criado há cem anos, tem atrapalhado mais do que auxiliado aos historiadores que pesquisam essa fase da história paulista. Ou seja, além das impressões dos viajantes, temos que decodificar também as “recordações evocadas de memória” dos antigos paulistanos.

As mais recentes teses paulistas não corroboram as afirmações do Dr. Francisco de Assis Vieira Bueno. Ao contrário, Maria Luiza Marcílio (1974) percebeu que a renda *per capita* do paulistano nessa época aumentava 1,25% por ano. A autora insinuou uma cidade economicamente mais ativa nesse período.

A partir de variada documentação, Denise A. S. de Moura concluiu também que a capital se desenvolvia

Em torno de uma intensa e histórica atividade mercantil de abastecimento interno, que se fortalecia com a produção exportável de açúcar, amadureceu um intrincado circuito comercial e de trabalho [...] (MOURA, 2002, p. 213).

Na mesma linha, a tese de Maria L. V. Araújo apresentou novos dados que “confirmaram a melhoria do nível de riqueza dos moradores que, não obstante, permaneceu distribuída de modo muito desigual durante todo o período aqui considerado” (ARAÚJO, 2003, p. 15).

Propomos tratar apenas alguns pontos dessa ampla problemática. Vamos apresentar a seguir os bens móveis de alguns moradores do núcleo central, que servirão como exemplo do potencial de riqueza acumulada, no momento da sua morte. Esperamos, com nossos argumentos, convencer ao leitor que muitas primogênicas paulistanas daquela época recebiam dotes de princesas.

## São Paulo e o comércio atlântico

Após a reorganização da Capitania de São Paulo no governo de Luís Antônio Botelho de Souza Mourão – Morgado de Mateus (1765-75), a produção de cana-de-açúcar para exportação foi reiniciada em São Paulo.

Os primeiros engenhos devem ter se beneficiado da experiência das fazendas com pequena produção de açúcar e aguardente e dos capitais do comércio de abastecimento. No litoral, as vilas de Ubatuba e de São Sebastião e, no planalto, a região de Itu passaram a produzir açúcar. Os engenhos paulistas produziam cana-de-açúcar na forma tradicional, utilizando vastas extensões de terras novas, grandes reservas de lenha e mão-de-obra do escravo africano (PETRONE, 1968). Antes do advento da agricultura de exportação, eram raros os negros na Capitania de São Paulo. A maioria desses escravos era comprada dos grandes negociantes do Rio de Janeiro ou de Salvador.

A economia brasileira esteve em ascensão do fim século XVIII até a Independência do Brasil. As guerras de independência americana, a revolta de escravos e depois as guerras de independência na América espanhola teriam estimulado as exportações brasileiras para a Europa, particularmente para a

Inglaterra, que em franco processo de industrialização vinha aumentando suas importações e, assim, elevando o preço das matérias-primas<sup>8</sup>. Dessa forma, São Paulo aproveitava-se de uma conjuntura internacional favorável para finalmente participar do comércio internacional.

As vilas paulistas do planalto produtoras de açúcar foram: da região de Itu, Ararituaba (Porto Feliz), Constituição (Piracicaba) e Capivari; da região de Jundiá, Moji-Mirim, São Carlos (Campinas), Pirassununga e Limeira.

O transporte do planalto para o Porto de Santos revigorou ainda mais o comércio de tropas de mulas. Nas últimas décadas do Setecentos, o comércio de tropas de mulas do caminho de Viamão (RS), com pouso e cobrança de taxas em Registro (Paraná), até a feira regional de Sorocaba, seria a maior fonte de recursos do governo da capitania.

### As condições socioeconômicas

Em meados do século XVIII, com o declínio da produção mineradora, muitos dos negociantes que haviam abastecido as minas de Goiás e Cuiabá, na primeira metade do século, fixaram-se na capital ou nos seus arredores, possibilitando assim a concentração da riqueza nessas paragens.

Elizabeth Rabello (1988) pesquisou várias listas nominativas de 1804 a 1836, concluindo que nesse período residiram na capital 519 indivíduos com diferentes atividades comerciais. A maioria (46%) declarou ter negócios, 27% vendiam fazendas secas, 21% trabalhavam com molhados e os que tinham armazéns ou comercializavam animais representavam apenas 6%.

São Paulo desenvolvera-se no entroncamento dos caminhos que ligavam o litoral ao planalto e o sul do Brasil ao Rio de Janeiro ou à região das minas. De forma que, todas as mercadorias desembarcadas em Santos passavam pela cidade, assim como beneficiava-se com as tropas e o gado do Sul a caminho do Rio de Janeiro. Em contrapartida, todos os produtos para exportação ou com destino à Corte deviam passar por ela antes de serem transportados pelo porto. Essa situação geográfica havia-lhe possibilitado ser uma das primeiras capitais sem porto marítimo na América portuguesa.

No século XIX houve um aumento do volume das exportações pelo Porto de Santos e conseqüentemente do movimento das tropas pela capital. Após a década de 1830, os principais produtos paulistas de exportação foram o café, o açúcar, o algodão e os couros (SILVA, 2003).

Os mais importantes exportadores moravam no centro urbano. Muitos deles possuíam ao falecer montes brutos superiores a £ 20.000<sup>9</sup>. Eram os negociantes de grosso trato que haviam adquirido propriedades tornando-se produtores, exportadores e importadores.

No entanto, a maior parte da população paulista ficava envolvida principalmente nos serviços do abastecimento ou no que chamamos hoje em dia "economia informal". Eram sitiantes oferecendo frutas e legumes, tropeiros alugando

8. A partir de 1800, o Baixo Canadá integrou-se ao comércio atlântico fornecendo produtos primários para a Inglaterra, principalmente madeiras e trigo. Na década de 1830, já estavam investindo com sucesso nas atividades industriais.

9. Estamos utilizando o montante mínimo que João Luís Ribeiro Fragoso (1998) considerou satisfatório para a classificação dos mais ricos negociantes de grosso trato.

10. Os inventários selecionados na amostra correspondem às famílias que apareceram nas listas nominativas de São Paulo de 1798 referentes às três companhias da paróquia da Sé, separadas em 1818 em nove companhias e, em 1836, desmembradas nas paróquias da Sé, Santa Efigênia e Brás.

os serviços de suas mulas, negociantes varejistas das fazendas secas e dos molhados, escravos e pobres carregando quitutes em seus tabuleiros, criadores trazendo seus animais para serem retalhados no curral do Conselho. Como demonstrou Elizabeth D. Rabello (1986), as atividades comerciais e os serviços ocupavam então a maior parte dos paulistanos. As atividades artesanais tiveram que aguardar melhores condições para se desenvolver. Na segunda metade do século XIX, com a proibição do tráfico negreiro e o aumento das taxas alfandegárias para os produtos importados, foram finalmente criadas novas fábricas.

Segundo os historiadores demógrafos, a cidade de São Paulo apresentou grande crescimento demográfico entre 1765 e 1800, mas no período seguinte, de 1801 a 1850, teria registrado menor índice de crescimento. Sua população era de 21.304 habitantes, em 1798, e de 21.933, em 1836. M. L. Marcílio (1974) nos adverte que a cidade perdera território nesse intervalo de tempo, mesmo assim, esses dados nos sugerem o deslocamento de pessoas e capitais para as novas fronteiras agrícolas. Isso não teria provocado um empobrecimento da cidade, ao contrário, houve um aumento da riqueza principalmente em algumas famílias.

No início do Oitocentos, a capital correspondia a uma vasta área. Ela abrangia a Paróquia da Sé (a região central, Santa Efigênia e Brás) e as paróquias rurais (ou periféricas) de Santana, Nossa Senhora do Ó, Santo Amaro, São Bernardo, Penha, São Miguel, Conceição e Guarulhos. O núcleo urbano incluía uma parte da colina e estava em expansão para os lados de Santa Efigênia. Essa parte da cidade contava então com 34 ruas e 20 travessas somando 1.281 propriedades (ARAÚJO, 2001), enquanto no rossio ficavam as chácaras. Na parte central, estavam concentradas as atividades artesanais, comerciais, administrativas e religiosas, bem como as “casas de morada” dos paulistanos. Os negociantes-engenheiros residiam ao lado dos lojistas, dos funcionários públicos e dos demais profissionais. Essas famílias compunham o grupo privilegiado dos consumidores de produtos e serviços. Analisaremos a seguir os diferentes padrões de vida desses moradores<sup>10</sup>.

As chácaras e os sítios da periferia, além das vilas vizinhas, abasteciam a região central. No centro havia um grupo de “casinhas” para a venda de alimentos, além disso, os escravos e os sitiantes ofereciam seus produtos pelas ruas. Muita mercadoria era transportada pelas tropas de mulas, enquanto outras chegavam à cidade pelo Rio Tamanduateí, que serpenteava a várzea do Carmo, possibilitando um porto próximo à Rua São Bento.

Nessa época a maioria dos moradores do centro buscava água nos chafarizes e somente na década de 1840 as principais ruas receberam iluminação pública.

### As casas de morada

Em 1809, as ruas foram nomeadas e as casas numeradas, na região central da cidade. Havia então 161 sobrados e 201 lojas. A maioria estava





Figura 1 – Militão Augusto de Azevedo Rua do Rosário (lado do Pátio da Sé), 1862. *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo*. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

concentrada nas ruas principais: Rua São Bento, Rua do Rosário e Rua Boa Vista<sup>11</sup>. Esses sobrados eram as construções ideais para os negócios, pois a família podia residir no andar superior e instalar as lojas no térreo.

As residências centrais dos primeiros anos tinham quintais, arvoredos e cercas de espinhos ou valos para separar os grandes terrenos. Posteriormente, algumas casas passaram a ser descritas como possuidoras de corredores laterais e muros de taipa. Nelas ficavam os “móveis da morada permanente” e as jóias familiares<sup>12</sup>. As casas serviam de moradia, de local de trabalho, de templo religioso e também como investimento, pois metade das residências do centro estava alugada.

Muriel Nazzari (1991) atestou que, a partir do século XIX, os negócios e as funções econômicas foram gradualmente separados do mundo familiar<sup>13</sup>. De fato, muitos inventariados – os mais ricos proprietários urbanos – construíram também chácaras nos arredores, com criação de animais e grandes arvoredos.

As chácaras tinham terrenos e moradias maiores, mas seu valor era inferior às propriedades do centro, pois estas últimas incorporavam a função comercial. Com a redução dos terrenos no centro, aumentou a quantidade de chácaras no rossio. Muitas frutas, hortaliças e artefatos vendidos na cidade eram produzidos nas chácaras ou nos sítios dos arrabaldes.

Por outro lado, os sítios da periferia eram pequenas fazendas. As casas de vivenda dos sítios, muitas vezes, tinham paredes internas de taipa de mão, e os móveis eram geralmente escassos. As descrições dos sítios destacavam principalmente os instrumentos de trabalho – machados, moinho de farinha de mandioca, alambiques, monjolo, prensa, roda e olaria – e davam pouca ênfase ao conforto doméstico.

11. Com a vinda da família Real criou-se o imposto sobre as propriedades urbanas, a Décima Urbana. Esse imposto incidiu somente sobre os imóveis em uso na parte central das cidades. Sobre o valor de referência do imóvel aplicava-se 9% de imposto, ou seja, aproximadamente 1% do seu valor de venda ou 1/12 do seu potencial de renda anual (ARAÚJO, 2001).

12. Ernani Silva Bruno relaciona a expansão das chácaras nos arredores da região central como fenômeno de meia urbanização, “o paulista da roça – que desde os tempos coloniais quando tinha casa na cidade era só para passar domingos ou dias de festa – urbanizava-se, mudando-se para a capital da província.” (1991, p.479). Nós não localizamos famílias com essas características.

13. Cremos que a hipótese do arquiteto Nestor Goulart Reis Filho (1978, p. 28) e a de Muriel Nazzari (1991) sobre a separação da vida profissional da vida residencial complementam-se. Para ele, as chácaras com grandes quintais e nascentes de água solucionavam o problemático abastecimento do núcleo central e por isso elas tornaram-se gradativamente morada preferencial da elite.

14. Arquivo do Judiciário do Estado de São Paulo (AJESP) processos do 1º Ofício da Família n. 1.673, de 1809; 530, de 1819; 1.559, de 1815.

15. Sheila Siqueira de Castro Faria (1993) observou também que os inventários do século XVIII e início do XIX apresentavam as casas de morada muito resumidamente. Um inventário descreveu uma moradia de sítio medindo 30 m².

Nesses 50 anos, as casas de morada de um a quatro lanços eram construídas de taipa de pilão e telhas. Telhados amplos protegiam as paredes de taipa das chuvas. Na década de 1820, os alicerces de pedra subiram dois palmos para proteger a estrutura, e foram proibidas as janelas com gelosias abrindo para a rua. As casas bem avaliadas eram forradas e assoalhadas, com várias janelas envidraçadas, sacadas com grades de ferro em cima e portas na parte inferior, e algumas tinham portão lateral e quintal cercado com muros de taipa nos fundos.

Os naturalistas alemães Johann B. von Spix e Karl F. P. von Martius e o reverendo norte-americano Daniel P. Kidder (1972) perceberam que na cidade havia pessoas muito ricas, no entanto,

Entre os moradores de São Paulo, o gosto pelo luxo europeu ainda não se desenvolveu tanto como entre os ricos baianos, pernambucanos e maranhenses. Cuida-se mais do asseio e da comodidade na disposição da casa do que de elegância e suntuosidade [...] (MARTIUS; SPIX, 1981, p. 148).

Ficaria a cargo dos filhos dessa elite a construção dos primeiros palacetes paulistanos.

O avaliador Vicente Luís de Brito morava na Rua do Ouvidor, em uma casa térrea de morada, com dois lanços, paredes de pilão, coberta de telhas, avaliada por 60\$000 (sessenta mil-réis). Ao seu lado, o brigadeiro Luís Antônio habitava uma morada de casas de sobrado, com quatro lanços, tendo loja, muitos cômodos e coqueira embaixo, um grande quintal murado, tudo no valor de 4:400\$000 (quatro contos e quatrocentos mil-réis); enquanto, no Piques, o capitão Manoel Vidal Gonçalves Neves residia na chácara ao lado da capela de Nossa Senhora da Consolação, com casas de dois lanços, mirante e extenso quintal murado valendo 540\$000 (quinhentos e quarenta mil-réis)<sup>14</sup>.

Esses casos nos indicam como, desde o início do Oitocentos, eram marcantes as diferenças entre os vizinhos. Os bens móveis acompanharam a mesma tendência. Em princípio, todos os proprietários das casas de morada podiam possuir objetos similares, mas a disparidade dos seus preços nos aponta o grau de desigualdade dos moradores da cidade.

Os inventários, as escrituras de compra e venda e o imposto urbano não descreviam os imóveis como se faz hoje<sup>15</sup>. Eles eram relacionados por lanços, como nos exemplos acima. Somente no sobrado do brigadeiro Luís Antônio havia "muitos cômodos". A palavra "repartimento" foi empregada em apenas uma casa e, no geral, as palavras "quarto" e "cozinha" foram usadas para os pequenos imóveis para aluguel. As casas muito simples eram de um lanço, com "sala" e "alcova". As salas tinham o sentido moderno, isto é, havia salas da frente, principal e com seu corredor.

O valor da casa estava ligado ao número de janelas da frente, por exemplo, o sobrado do negociante Joaquim José dos Santos tinha oito janelas de frente e oito portas embaixo. Alguns incrementavam as residências com mirantes ou terraços envidraçados. As casas de vivenda das chácaras ou dos



sítios abrigavam uma série de anexos, como cocheiras, casa de banho, fábrica de farinha, casa de arreios ou chafarizes.

## O mobiliário

As casas de morada dos primeiros três séculos possuíam poucos cômodos e alfaias<sup>16</sup>, contudo, no século XIX, houve uma tendência geral de incremento do mobiliário. As residências incorporaram aos poucos mais peças de decoração, mais salas, saletas, escritórios e, conseqüentemente, mais bens de consumo. Os inventários não descreviam o número de cômodos das casas, mas relacionavam todo o mobiliário, o que nos possibilitará traçar um perfil do modo de vida daquela época.

Alguns quartos eram incrementados com camas luxuosas, como o leito de cana-da-índia da casa de Leonor. Ela era almofadada com veludo, apresentava contornos de marfim, pregaria dourada, fora adquirida no Rio de Janeiro e custava 13\$000<sup>17</sup>. Porém, uma cama ordinária podia ser adquirida por 1\$000. As camas e os leitos eram construídos com madeira de vapuã, de óleo ou da terra; muitas delas eram de jacarandá-da-baía e outras eram feitas na Bahia. Algumas eram adornadas com talhas, embutidos, gavetas, cabeceira almofadada ou forrada, armação e cortinado.

Nem todos os leitos eram de luxo, aproximadamente a metade da casa era equipada com catres e estrados. Os catres eram objetos mais rústicos. Eles podiam ser tecidos com couro, cipó ou tabuletas. Um catre com armação valia até 8\$000, e os mais simples giraram em torno de \$500 (quinhentos réis). Os estrados eram sempre de madeira da terra. De forma geral, os objetos de uso de maior desgaste foram rareando das relações de bens, por isso localizamos menor quantidade de colchões comparativamente ao número dos leitos. Os colchões eram fabricados com tecido riscado ou riscadinho. As lojas da cidade forneciam todo o equipamento para sua confecção: agulhas, tecidos e linhas. Eles podiam ter recheios de lã, algodão ou capim.

Por outro lado, os poucos travesseiros inventariados eram recheados de lã e revestidos de damasco, seda ou serafina, isto é, eram peças de adorno. As fronhas e os lençóis completavam a decoração das camas. Eles eram confeccionados em linho, bretanha, cassa, algodão ou paetilha, parte deles era decorada com babados e rendas. As colchas mais ricas eram de damasco e as mais comuns eram de algodão, chita (\$600 a 2\$000) ou baetão. Apareceram somente nos primeiros anos guarda-camas de linho ou tecido felpudo, mas essa peça pode ter caído logo em desuso.

As antigas descrições da cidade sempre se referem ao tradicional hábito de dormir em redes. Após a década de 1820, entretanto, dado seu pequeno valor, elas desaparecem dos inventários paulistanos<sup>18</sup>. As redes, as gamelas e as cuias de barro não aparecem como mercadorias nas lojas, essas

16. Segundo Luís Saia (1978) a tradicional casa paulista era simples e funcional, essa opinião é compartilhada pelo arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos (1999). Nela havia um salão principal dando acesso aos demais cômodos.

17. Processo do 1º Ofício da Família n.1.225, de 1802, de Maria Leite Lombria.

18. Cláudia Eliane Parreiras Marques (2000) salientou que os objetos de pouco valor não eram considerados nas avaliações dos inventários mineiros do Oitocentos. Esse trabalho incorporou procedimentos da história quantitativa e da história cultural para apresentar a riqueza mobiliária dos moradores de Bonfim.

19. Quatro trabalhos estudaram a evolução das atividades econômicas na cidade de São Paulo. M. L. Marcílio (1974) comparou o crescimento das atividades produtivas da população livre da cidade nos recenseamentos de 1776 e 1836. O setor secundário (com 24 ofícios), em 1776, ocupava 126 chefes de fogo, e passou a ocupar 775, em 1836. Os dados de Elizabeth Anne Kuznesof (1986) são mais modestos. Suas quatro categorias (artesanato, têxteis, industriais e artísticos), com 29 ocupações, passaram de 485 chefes de fogo, em 1802, para 530, em 1836. Os outros autores foram Lourenço (1978) e Rabello (1986). Verificar a comparação entre os diversos estudos no cap. 1, item 6, da tese de Araújo (2003).

20. A cômoda foi uma evolução das caixas ou arcas. Jean-Pierre Hardy (1997) a localiza, a partir do século XIX, no Vale do Saint-Laurent (de tradição inglesa e francesa) inclusive nas residências da classe média, isto é, os paulistanos começavam a acompanhar a moda europeia.

21. Os espreguiceiros apoiavam-se em oito pernas e funcionavam como camas de repouso diurno. Há fotos dessas peças na publicação do Museu da Casa Brasileira (1997).

peças deviam ser confeccionadas em casa, outras deviam ser vendidas pelas portas ou adquiridas por encomenda.

As listas nominativas da capital apresentam número significativo de moradores vivendo do artesanato, os quais deviam fornecer grande parte dos objetos caseiros mais tradicionais<sup>19</sup>.

Os mais caros cobertores eram castelhanos (2\$000), havia também cobertores ingleses e portugueses. Como as lojas vendiam cortes de baetão e rapão próprios para cobertas, acreditamos que as papas ou cobertores deviam ser produzidos principalmente na região.

As roupas da casa acomodavam-se nas caixas, nos baús, nas cômodas, nos guarda-roupas e nas canastras. As canastras eram próprias para as viagens, podiam ser de couro ou de madeira vapuã, cobertas – algumas eram forradas – com couro ou sola e acompanhadas com suas ferragens: fechadura e chaves. Podiam ser encontradas nas residências dos diferentes grupos sociais, pois seu valor variava de \$500 a 16\$000, de acordo com a qualidade do objeto.

Os baús e as caixas eram também móveis versáteis: guardavam as roupas brancas, as louças, as mercadorias e serviam para as viagens. Havia baús de pinho, moscóvia, couro, sola, folha-de-flandres e charão, podendo ser forrados com chita, tule ou couro, muitos deles tinham suas ferragens. O estado de conservação e o tamanho dessas peças justificavam a grande diferença do preço (entre \$500 e 9\$500).

As caixas eram em maior número. A mais valiosa era uma caixa grande de jacarandá-da-baía, com duas gavetas, três fechaduras com suas chaves, no valor de 8\$400, mas havia caixas muito simples, às vezes usadas para despejo, valendo entre \$280 e 1\$000. Elas podiam ser de madeira da terra, de canela ou jacarandá; algumas tinham ferragens, argolas, gavetas, pés torneados ou forros. Na década de 1830 foi reduzindo-se o número das caixas domésticas, muitas eram velhas ou antigas e, conseqüentemente, de menor valor.

A cômoda, ao contrário, era um objeto em expansão. Havia a meia-cômoda, a cômoda-papeleira e a mesa-cômoda. Seu valor variava entre 2\$000 e 28\$000, isto é, era uma peça mais dispendiosa e mesmo assim vinha sendo cada vez mais requisitada nas residências<sup>20</sup>. Elas eram valorizadas conforme o número de gavetas, gavetões, ferragens e embutidos. A mais valiosa tinha tampa de mármore, já os modelos antigos eram desvalorizados.

Os guarda-roupas eram também móveis caros (entre 4\$000 e 25\$000), mas não elitizados; como as roupas podiam ser penduradas em cabideiros nos cômodos, eles apareceram em menor número nas casas dos remediados.

Os móveis para sentar ficavam preferencialmente nas salas. Muitos deles estavam caindo em desuso, enquanto novos modelos eram introduzidos. Os mochos ou escabelos, os bancos e os arquibancos, apesar de mais acessíveis (em torno de \$300), foram rareando após a Independência, ficando preferencialmente nas fazendas e nos sítios. Encontramos apenas duas credências. Os espreguiceiros eram armados com sola, essas peças mais trabalhosas chegavam a custar por volta de 4\$000<sup>21</sup>.



Figura 2 – Cômoda-escrivadinha do Brig. Luís Antônio, séc. XIX, madeira. Acervo do Museu Paulista da USP.

As cadeiras e as mesas foram os bens mais citados nos inventários. As mais baratas eram as cadeiras de campanha avaliadas em \$160 cada<sup>22</sup>, porém, as mais sofisticadas – com assento de damasco, seda ou carneiro – valiam até 5\$600. A década de 1840 apresentara expressivo aumento do número de cadeiras e, talvez por isso, a redução do seu valor. Nessa época, a maioria delas era confeccionada em madeira de óleo e tecidas em palhinha, tendendo a formar conjunto com as mesas, as marquesas e os canapés.

No início muitas mesas possuíam gavetas com fechaduras e chaves e podiam servir para todas as atividades domésticas. Nas últimas décadas, elas passaram a ter finalidades específicas: mesa de chá, de jogos, de canto, de centro e de jantar. Tenderam a incorporar outras mobílias: mesa com espelho e papeleira, mesa de jantar com aparadores, e podiam formar conjuntos de mesas. Os aparadores só apareceram na década de 1840. Havia mesas com embutidos, de abrir com pés embutidos, com pés de cabra ou de caranguejos, redondas e de campanha. As mesas ordinárias valiam \$480, enquanto uma mesa grande de madeira de óleo podia custar 16\$000. As bancas desempenhavam a mesma função das mesas, no entanto, eram menores, mais caras e, talvez, por isso mais raras. Uma banca de talha dourada foi avaliada por 20\$000.

As poltronas, os canapés, os sofás e as marquesas estavam na moda<sup>23</sup>. Eles podiam ter assento e encosto de tábuas, sola, damasco, palhinha ou palha.

22. As cadeiras de campanha ou dobradiça passaram a ter uso corrente no Brasil no século XIX. Fotos no Museu da Casa Brasileira (1997).

23. Jean-Pierre Hardy (1997) relaciona o sofá-cama e o sofá de salão entre as inovações do Oitocentos, porém, não encontramos essas variações do sofá em São Paulo.

As marquesas, por serem mais largas, serviam também como leitos, e aumentaram de número e valor na década de 1840. Os sofás apareceram apenas na década de 1820. Muitos deles faziam conjunto com as mesas, as poltronas e as cadeiras. O sofá do desembargador Rodrigo Antonio Monteiro de Barros, feito de Gonçalves Alves e tecido de palha, valia 40\$000 e sua poltrona 4\$000<sup>24</sup>.

Os armários, os bufetes e as estantes muitas vezes se confundiam. Havia bufetes com armários, estantes com portas, fechaduras e chaves e, também, armários sem portas. Um bufete e um armário velho podiam valer, respectivamente, \$300 e \$800, enquanto um armário moderno com portas envidraçadas custava em torno de 6\$000. As estantes cumpriam funções mais específicas, a saber: estante sacra, de música ou de livros. Os armários podiam ter portas de madeira almofadada, de vidro ou serem apenas cortinados; já os bufetes apresentavam pés de cabra ou de tesoura e alguns guardavam as peças dos chás.

Em geral, os móveis tornaram-se menos rebuscados. As camas foram perdendo os cortinados, os entalhes almofadados e os pés torneados. Ao mesmo tempo, impunha-se a idéia do conjunto das peças.

O mobiliário não estava à venda nas lojas da cidade. As lojas vendiam as madeiras, os couros e as ferragens para sua fabricação. Fazia-se então necessário encomendá-lo ao artesão ou ao comerciante da cidade. Alguns móveis podiam ser de fabricação caseira. A mobília mais antiga era transmitida por herança ou pela compra dos móveis dos inventários *post-mortem* nos leilões públicos. Parece que havia muito serviço para os artesãos mais experientes, haja vista que Auguste Saint-Hilaire (1976), em sua estada em São Paulo, teve que solicitar a intervenção do governador para receber sua canastra nova.



Figura 3 – Mesa e cadeiras do Brig. Luís Antônio. Séc. XIX, madeira. Acervo do Museu Paulista da USP. Fotografia de Rômulo Fieldini.

No final da década de 1820, o jornal *O farol paulistano*<sup>25</sup> começou a publicar vários anúncios oferecendo cadeiras e canapés ingleses ou cadeiras americanas de palhinha. Essas novidades devem ter desocupado vários marceneiros.

A iluminação, a decoração e a higiene

A iluminação das residências ficava principalmente por conta das portas e janelas. A vida era organizada para se aproveitar ao máximo a luz do dia, por isso, utilizavam-se umas poucas peças para a iluminação noturna<sup>26</sup>.

Maria Paes de Barros (1998) descreveu sua rotina caseira com o almoço às 9 horas, o jantar às 14 e o chá com torradas, biscoito e pão-de-ló às 20.

Daniel Kidder (1972) relatou outro procedimento. O jantar, na Fazenda do Jaraguá, de Gertrudes Galvão de Oliveira e Lacerda, foi servido às 6 da tarde e a ceia às 9 horas da noite. Nos dois casos, as pessoas deviam deitar-se próximo das 22 horas.

Após a década de 1810, já era possível encontrar vidros e vidraças à venda nas lojas por aproximadamente \$200 a peça. Algumas portas prontas podiam ser adquiridas também, no entanto, o padrão era a venda das madeiras, caibros, batentes, dobradiças, pregos, fechaduras e ferramentas nos armazéns locais.

Os castiçais eram as peças mais vulgares das casas de morada e, por vezes, as mais caras. Eles eram fabricados com metal, estanho, casquinha, bronze, vidro, latão, madeira pintada ou dourada, ou mesmo com prata. O mais simples castiçal de metal podia ser comprado por \$100, por outro lado, um castiçal de prata valia até 67\$000. Já as serpentinas e os candelabros eram raros nas salas dos paulistanos. Os candeeiros e os lampiões eram geralmente feitos de latão com mangas de vidros. As lanternas iluminavam os corredores, as escadas e as janelas de algumas moradias. Muitas casas mantinham depósitos de cera, haja vista que ela servia tanto para a iluminação do lar quanto para as cerimônias religiosas. A libra da cera da terra variou entre \$100 e \$200 no decorrer dos anos.

Os espelhos podiam ficar nos quartos ou nas salas. Os espelhos maiores, com molduras douradas ou de jacarandá, ficavam nas salas. Dois grandes espelhos da sala do agricultor Francisco Pinto do Rego Freitas foram avaliados por 60\$000<sup>27</sup>. Os espelhos dos quartos eram mais acessíveis e podiam ser adquiridos nas lojas por \$200 ou \$480. Eles tenderam a aumentar de tamanho e quantidade após a Independência e, anexados a outros móveis, serviam como as modernas penteadeiras. Por exemplo, o espelho de vestir da casa do negociante Joaquim Januário Pinto Ferraz acompanhava uma mesa coberta por pedra-mármore<sup>28</sup>.

25. O jornal *O farol paulistano* de 1827-1831 está microfilmado no Arquivo do Estado de São Paulo. Fundado em 1827, foi o primeiro jornal impresso da capital. O Dr. José da Costa Carvalho era o proprietário e Antônio Mariano de Azevedo Marques, o jornalista responsável.

26. Adilson Avanci de Abreu (2000) descreve a vida produtiva colonial intensa de dia e de noite, utilizando para isso muita luz; no entanto, não encontramos muitos equipamentos para a iluminação na capital. Nossos dados coincidem com os relatos de Maria Paes de Barros a respeito dos hábitos diurnos dos paulistanos. Ela era neta do rico negociante o brigadeiro Luís Antônio. Suas memórias correspondem à segunda metade do Oitocentos.

27. Processo do 2º Ofício da Família n. 491, de 1850. Hardy (1997) fala em grandes espelhos que refletem bem a luz dos candelabros e lampiões, criando ilusão de duplo espaço.

28. Processo do 1º Ofício da Família n. 1.180, de 1840.

Os relógios de parede, de sala ou de mesa compuseram os ambientes desde os primeiros anos do Oitocentos. Eles eram encontrados tanto entre os remediados quanto entre os mais ricos. Não era uma peça considerada luxuosa. Um relógio antigo de parede podia ser adquirido a partir de 4\$000.

Figuras e vasos floreiros de louça ou vidro decoravam as salas. Nos inventários mais antigos apareceram algumas jarras de louça da fábrica ou de charão para as flores, porém, elas eram então arroladas em conjunto com os paramentos dos altares domésticos, isto é, completavam o cerimonial da casa. Em meados do século, essas peças adquirem autonomia, ao mesmo tempo em que algumas passam a ser denominadas de “vasos floreiros de porcelana”, “jarra para flores de porcelana” ou “caçadores de porcelana”.

As jarras e as bacias para lavar as mãos eram normalmente de prata. Eram de prata também as campainhas e as sinetas, algumas deviam servir para chamar os escravos, mas parece que a maioria fazia parte dos paramentos dos altares domésticos. As cortinas e os cortinados serviam principalmente para as armações dos leitos. O uso dos tapetes não se firmara ainda. Encontramos tapetes à venda, por 1\$600, somente em meados do Oitocentos.

As toalhas e os guardanapos decoravam as mesas das refeições. Geralmente eles eram produzidos de bretonha, algodão americano ou da terra, linho, cassa ou adamascado, não raramente levavam babados, franjas e rendas. Os conjuntos de algodão de Guimarães foram muito apreciados desde os tempos coloniais.

Os instrumentos musicais pareciam chegar muito lentamente ao lar. Localizamos oito pianos, um violão e um manicórdio. O piano de bom uso de Manoel Alves Alvim foi avaliado por 80\$000<sup>29</sup>. Como havia mais de uma centena de dúzias de cordas de violas nos estoques das lojas, acreditamos que muitos moradores possuíam violas e rabecas que não eram incluídas nos inventários.

Beyer teve também outra impressão da cultura musical luso-americana. Conta-nos do talento artístico das mulheres. “Cantam modinhas e os instrumentos mais freqüentes são o piano, a harpa, a guitarra e o órgão, dos quais a guitarra é o mais comum e tocado até entre o povo do campo” (1970, p. 289).

Encontramos referências aos jogos de azar e lazer em oito residências. Eles jogavam tabelas, damas, bilhar, gamão e taco. O mais popular deles era o baralho de cartas, e as cartas castelhanas podiam ser compradas por \$100.

Algumas peças demonstravam o bom gosto da casa e os vícios do seu proprietário. Por exemplo, as caixas e bocetas de tabaco eram vendidas em folha-de-flandres, papelão, couro ou mesmo em madeira; porém, as mais prestigiadas eram de prata, que custavam a partir de 3\$000, enquanto a libra de tabaco saía por \$320. Os lenços de tabaco e as bengalas de cana-da-índia com castão de prata completavam o vestuário do homem moderno.

Os objetos de higiene tornavam-se mais difundidos, mas como eram perecíveis, nem sempre foram relatados nos inventários. As bacias eram mais utilizadas na higiene. Havia bacias para debaixo da cama, para as mãos, para o banho, para a barba e para lavar. Elas eram encontradas em cobre, estanho, metal, arame ou prata. Os urinóis ou penicos e as cuspeiras eram de louça,



estanho ou prata. Havia ainda pia, lavatório e vaso de louça; gamela e canoa de madeira para banhos.

As lojas vendiam sabonetes (\$50), sabão inglês e espanhol, águas-de-colônia (\$100), escovas de dente (\$40), pentes (\$20) e grampos. Os pentes usados eram travessos, para as cabeleiras e para alisar os cabelos, ou muito finos para retirar os piolhos. Podiam ser de chifre, de marfim, da terra ou de osso. Os homens compravam estojos com navalhas e tesouras, e as mulheres ferros para os cabelos. Era grande a variedade das toalhas de mãos ou para aguar as mãos. Usavam bretanha, cambraia, algodão, linho, cassa ou paletilha na produção dessas toalhas. Muitas delas recebiam ainda apliques de babados, crivos ou rendas<sup>30</sup>. Em 19 residências, foram encontrados ferros para engomar as vestimentas e as roupas brancas da casa, desde os primeiros anos. Esses ferros podiam ser também de cobre ou latão.

### Os serviços de mesa

É possível que a maior parte dos serviços de mesa fosse de louça ou vidro, mas em vista da fragilidade desses materiais, restavam proporcionalmente mais metais para serem partilhados. A prata conferia à baixela certa imortalidade e servia também como entesouramento da família. Esses serviços permaneciam na residência principal e às vezes eram transportados para os sítios e as fazendas por ocasião de cerimônias nesses locais (BARROS, 1998; KIDDER, 1972).

Os pratos podiam ser pequenos, grandes, rasos, fundos, compridos, sorteados ou solteiros, casados ou irmãos, cobertos, guardanapos, travessos, de doces ou de frutas. Essa louça podia ser do Porto (\$90), da Índia (\$160), de Macau (\$120), de Veneza, da fábrica ou da terra. Havia também pratos de estanho (\$320) ou de prata (12\$000) e sopeiras de louça ou de estanho. Os boiões e as panelas eram de louça vidrada da Bahia, e as terrinas e talhas geralmente de louça da terra.

Após a década de 1820, apareceram os aparelhos e os conjuntos. Antes disso, apenas em casa de Francisca Maria Xavier de Matos havia “uma parelha de louça lustrosa”<sup>31</sup>. Os pratos vão aos poucos combinando com outras peças, formando um “conjunto de prato e jarro azul”, “aparelho de louça azul de mesa” ou “aparelho de louça dourada”. A seguir, na década de 1840, utilizam-se os “pratos de porcelana”, as “xícaras de porcelanas douradas” ou os “aparelhos de porcelana para café”<sup>32</sup>.

As louças, os tecidos, as ferragens e as ferramentas movimentavam o grosso do comércio de importados da região. Entretanto, para as louças, os tecidos e as ferramentas, encontramos indícios de produção local. Localizamos em muitas residências as louças da terra. Acreditamos que toda a louça ordinária – que não constava dos inventários – fosse de produção artesanal local, sendo que aquelas de melhor qualidade acabavam aparecendo nos inventários<sup>33</sup>.

30. Hardy (1997) computou um aumento considerável das toalhas de mão, barbeadores, pentes, penicos, escarradeiras, lava mãos e banheiras, mas concluiu que isso não significava a generalização da imersão total do corpo na água.

31. Processo do 1º Ofício da Família n. 1.432, de 1800.

32. Eldino da Fonseca Brancante (1981) publicou um extenso álbum sobre a tradição da cerâmica no Brasil. O tema foi dividido em períodos, abordando o comércio e a produção da cerâmica e da porcelana. No capítulo sobre o século XVIII, refere-se ao professor goiano João Manso Pereira, que teria produzido, em Ilha Grande (RJ), as primeiras peças de porcelana da América portuguesa. Os textos são acompanhados por uma longa bibliografia sobre as louças no Brasil e em Portugal.

33. C. E. P. Marques (2000) considerou que as peças do dia-a-dia deviam ser de produção local. Em 1813, Beyer (1970) testemunhou que havia na cidade muitas mulheres produzindo rendas, tecidos de algodão e redes de boa qualidade. Vários índios e mestiços fabricavam recipientes de barro nos arredores da cidade. Muitos moradores de Pinheiros viviam de fazer louças segundo o recenseamento de 1814.

34. Carlos Alberto C. Lemos (1978) acredita que as casas paulistas humildes mantiveram as cozinhas no seu interior enfumando tudo, enquanto as casas de mais requinte deslocaram a cozinha para fora. Conjectura ainda sobre a utilização de duas cozinhas na casa oitocentista paulista, a cozinha interna, contígua à zona de estar, e a externa, a cozinha "suja" do serviço grosso. Sheila S. C. Faria (1993) encontrou, em meados do século XVIII, a cozinha instalada na varanda; e Maria Luiza Ferreira de Oliveira (2000-2001) descreve o mesmo arranjo nas casas da capital dos anos 1870. Sobre "dietas e hábitos alimentares" desse período ver F. A. da Silva (2003).

Contudo, as facilidades de importação podem ter prejudicado inclusive a comercialização das peças de barro referidas por Beyer (1970) e Mawe (1978).

O plantio do chá foi introduzido, por iniciativa do coronel José de Toledo Rendon, em princípio, na parte nova da cidade, mas sua produção prosperou na Lapa, na fazenda do coronel Anastácio de Freitas Trancoso (TAUNAY, 1961). Em 1839, D. P. Kidder visitou essa plantação e elogiou principalmente a organização do seu sistema produtivo "a ordem era perfeita e nela havia pés de chá de todas as idades" (1972, p. 209). Acrescentou ainda que, com o mesmo esmero, era cultivada a mandioca, a cana-de-açúcar, a banana, o café, o algodão e as uvas. Essa produção possibilitou que o chá da terra custasse apenas \$640, enquanto a libra do chá Wilson era vendida por 1\$500.

Nessa época, desenvolveu-se certo requinte para consumir o chá. Havia aparelhos ingleses e casais de xícaras e pires de louças de variadas procedências. Não houve uma abundância de cores. As louças eram azuis, douradas ou brancas. Os manteigueiros, os açucareiros, as leiteiras, os bules, as chocolateiras e as chaleiras de louça ou metal (ferro, estanho, cobre, casquinha, prata) completavam os serviços do chá. As mesas eram abastecidas por bandejas ou salvas. As salvas eram menores, comumente de prata e custavam em média 2\$500. Já as bandejas, mais variadas, eram feitas de charão, de madeira, de casquinha ou de porcelana; as de prata podiam valer mais de 41\$000. Os galheteiros desse metal também eram valiosos, custando em torno de 25\$000, enquanto seu similar de vidro ou porcelana valia cerca de 1\$000.

Os copos e os cálices eram de vidro. Os cálices serviam principalmente para os vinhos. Os armazéns de molhados forneciam as garrafas de vinho do Porto, da Companhia (\$300), Madeira (\$320), molvaina e moscatel. Eles vendiam os licores de fora, os espíritos, a genebra e também a aguardente. Os temperos mais encontrados eram a canela-da-índia e da terra, o cravo e o cravo-da-índia, a pimenta-do-reino e a pimenta-da-índia, a noz-moscada, a erva-doce, a flor de anis, a salsa-parrilha e o azeite. Percebe-se que as especiarias importadas começavam a ser produzidas na região.

Poucas residências tinham panelas de ferro. É possível que a maioria delas fosse de cerâmica e, por terem valor irrisório, não eram incluídas nas partilhas. As caçarolas, os caldeirões e os tachos de cobre ou ferro, além das bacias, apareceram em todas as residências. Os objetos de metal eram avaliados com muita objetividade. Era calculado o peso da matéria-prima, acrescido o valor do feitiço e reduzido o tempo de uso. Como os tachos variavam muito de tamanho e tempo de uso, havia peças desde \$480 até 21\$000.

As bacias eram os objetos de metal mais versáteis das casas. Além de servir na higiene da família, eram usadas para as sangrias e para ir ao forno. As bacias de arame variavam de \$100 a 17\$000, de acordo com seu tamanho. O almofariz – de bronze ou cobre – foi outro instrumento usual nas heranças. Esses pequenos pilões estiveram presentes desde as casas seiscentistas.

As referências às cozinhas das residências foram irrisórias<sup>34</sup>. Parecia que a vida familiar resumia-se aos quartos, às salas e às lojas. Nas primeiras

décadas surgiram alguns fornos de cobre, que talvez fossem fornos de trabalho, utilizados na fabricação de farinhas ou similares, mas que assavam também os alimentos da família. Na década de 1820 surgiu um fogareiro, e, somente nos anos 40, apareceram quatro fogões de ferro, um com nove furos e tampa avaliado em 9\$000. Além disso, a manutenção das trempes como objetos de herança testemunha a permanência dos costumes antigos. Os alimentos continuavam sendo preparados nos tachos ou caldeirões de ferro suspensos por elas sobre o fogo no quintal e, posteriormente, transportados para as salas de jantar<sup>35</sup>.

Mawe foi um dos poucos viajantes a descrever as cozinhas brasileiras e suas observações não foram nada lisonjeiras. Levando-se em conta que esses viajantes tinham uma visão muito fragmentada das vilas que visitavam, acreditamos que, assim como hoje, havia cozinhas limpas e outras imundas.

Para dar uma idéia da cozinha, que dever ser a parte mais limpa e asseada da habitação, o leitor pode imaginar um compartimento imundo, com o chão lamacento, desnivelado, cheio de poças d'água, onde, em lugares diversos, armam fogões, formados por três pedras redondas, onde pousam as panelas de barro, em que cozinham a carne; como a madeira verde é o principal combustível, o lugar fica cheio de fumaça, que, por falta de chaminé, atravessa as portas e se espalha pelos outros compartimentos, deixando tudo enegrecido pela fuligem. Lamento ter de afirmar que as cozinhas das pessoas abastadas em nada diferem destas. (1978, p. 84).

Ao contrário da casa bandeirista, o paulistano de então possuía colheres, garfos e facas em quantidades equivalentes. Muitas famílias tinham inclusive faqueiros completos, e curiosamente todos os talheres eram de prata. É evidente que as famílias usavam talheres ordinários, porém, eles não foram relacionados nos inventários de bens. Tendo em vista que a loja do tenente Gregório José Soares vendia formas de fazer colheres de estanho, acreditamos que os talheres de metal fossem produzidos na região e isso os teria tornado muito acessíveis, a ponto de serem dispensados das relações dos bens<sup>36</sup>. O garfo de estanho na loja custava \$34.

Localizamos, no inventário de Maria Leite Lombria, outro exemplo de produção local das baixelas. O inventariante enfatizou que o ourives José Wenceslau refizera um faqueiro, uma salva e uma tamboladeira de prata à moda moderna<sup>37</sup>.

Enfim, muitos detalhes na documentação indicam uma produção artesanal paulista até a segunda década oitocentista, tornando a região quase auto-suficiente, e possivelmente a concorrência do comércio de importação tenha reduzido o vigor dessa atividade. Esse fato explicaria a redução do número de homens livres envolvidos nas atividades artesanais apontada nos antigos recenseamentos<sup>38</sup>.

35. Segundo Hardy (1997) os aquecedores de ferro generalizaram-se no século XIX no Canadá, alterando assim os hábitos de cozinhar. O clima tropical brasileiro, ao contrário, não estimulou os mesmos melhoramentos nos fogões. Além disso, observamos que as antigas listas nominativas designavam de "fogo" o grupo familiar entrevistado. Essa correspondência testemunha a importância histórica do fogo para o lar. Talvez, entre a elite do Oitocentos, os serviços da cozinha podem ter sido desvalorizados por estarem relacionados com a escravidão.

36. Processo do 1º Ofício da Família n. 1.865, de 1813. José de Alcântara Machado (1929) relatou que eram raros os garfos nos antigos inventários paulistas.

37. Dom Clemente Silva Nigra pesquisou toda a documentação do Mosteiro São Bento da capital e identificou um grupo de artistas participantes das obras de reconstrução do mosteiro na segunda metade do Setecentos. Um dos mais requisitados era o mestre-ourives José Wenceslau de Andrade, contratado para confeccionar peças para a igreja de 1779 a 1794. Seu artigo foi republicado pelo Mosteiro de São Bento (1988).

38. Não há consenso sobre a evolução das atividades artesanais na primeira metade do Oitocentos. No capítulo 1, item 6, da tese de Araújo (2003) há diferentes opiniões sobre essa questão. Como os antigos recenseamentos indicavam as ocupações somente dos homens livres, é possível que após o fim das corporações de

ofício, nos anos vinte, tenha havido um acréscimo dos escravos ocupados nesses ofícios em detrimento dos livres.



Figura 4 – José Wenceslau de Andrade, Cruz com Santo Lenho, 1779-1794, prata fundida, repuxada e cinzelada, 55 cm., 2.200 k. Acervo do Mosteiro de São Bento (1998, p. 114). Fotografia de Rômulo Fieldini.

### ○ transporte

Maria Pais de Barros (1998) recordava, da época da sua infância, de apenas três seges percorrendo as pacatas ruas da cidade, no entanto, encontramos seis famílias proprietárias desses veículos. Somente seus tios, os irmãos Souza de Queirós, herdaram quatro delas, ou seja, a memória da autora não estava muito precisa para todos os fatos. Outras seis famílias possuíam as tradicionais cadeirinhas de rebuço.

Os demais inventários partilharam os carros ou os equipamentos próprios para selar os cavalos. Os carros eram de bois. Eles levavam as cargas dos sítios, as mercadorias para a cidade e, eventualmente, transportavam as famílias. Os arreios, selins, estribos e esporas de prata podiam ser mais valiosos que as seges e, várias vezes, mais caros que as cadeirinhas de rebuço, ou seja, não era o custo desses equipamentos que impedia o seu uso, mas sim o fato de eles ainda não terem sido incorporados aos hábitos da região.

Gustavo Beyer foi da mesma opinião. No baile de despedida e ceia na chácara do coronel Wartzé, ele pode observar que “todos preferiam a

montaria às carruagens que apenas transportavam algumas senhoras idosas” (1970, p. 298).

As lojas vendiam principalmente estribos de ferro ou de estanho. O selim com os estribos de ferro inglês eram mais valiosos do que o conjunto português. O alferes Manoel José Vilaça vendia os fios para selas e os pares de arreios, de estribos, de esporas e de fivelas para arreios, possibilitando, assim, aos artesões a montagem dos conjuntos nas oficinas<sup>39</sup>.

Francisco Baruel produzia telhas no Sítio Morrinhos<sup>40</sup>, em Santana, podendo com suas canoas transportá-las do Rio Tietê para o Tamanduateí até o Porto Geral no centro. O marechal-de-campo Joaquim M. G. de Moura Lacerda fabricava seges provavelmente para o transporte de aluguel nas cerimônias e funerais da capital, além disso, em Constituição (atual Piracicaba), ele mantinha casas de tropas de mulas para o transporte das cargas<sup>41</sup>.

Até a construção das vias férreas na segunda metade do século XIX, a cidade de São Paulo foi pouso obrigatório das tropas de mulas que transportavam as mercadorias do Porto de Santos para as vilas do planalto. Recordamos, ainda, que Antônio da Silva Prado (barão de Iguape) consolidou sua imensa fortuna com os negócios das mulas do sul do Brasil na praça do Rio de Janeiro. Resumindo, o transporte pode ter sido a atividade que mais serviços e riqueza gerou na cidade nessa época.

#### As roupas e seus acessórios

As fazendas eram as principais mercadorias das antigas casas importadoras paulistas. Em vista disso, esse produto passou a classificar o tipo do comerciante, isto é, chamava-se de negociante de fazendas secas do Rio de Janeiro a um comerciante de mais gabarito que adquiria essa mercadoria no Porto do Rio de Janeiro e a revendia em São Paulo. No século XIX já havia um grupo de negociantes paulistas especializado no comércio internacional.

A importação dos tecidos devia desequilibrar de forma significativa as contas da balança comercial, principalmente após a redução das tarifas de importação em 1810. Em 1813, foi criada uma fábrica de tecidos de algodão e seda em São Paulo com incentivo real. Em 1826, já havia três tecelagens na cidade: uma na Rua do Piques, uma no Palácio e a outra na Glória, de propriedade do mestre de tecelagem Toxa. Essas fábricas funcionaram um tempo, mudaram de direção, receberam os investimentos dos grandes negociantes locais, mas não resistiram à concorrência das fazendas importadas e fecharam nos anos 1830 (MELLO, 1977).

São Paulo possuía alguma tradição nas atividades de tecelagem. Os inventários apresentam muitas rodas de fiar algodão, e os antigos recenseamentos relacionam ruas inteiras com mulheres tecelãs. Mesmo essa produção de tecidos mais grosseiros foi decaindo com a entrada das fazendas inglesas de algodão gradativamente mais acessíveis. Cresciam apenas as

39. Processo do 1º Ofício da Família n. 931, de 1823.

40. Id., n. 823, de 1818.

41. Id., n. 721, de 1834.

42. Côvado: medida antiga correspondente a 66 cm.

encomendas das costureiras e dos alfaiates. Maria Paes de Barros (1998) nos relatou que os vestidos de chita eram costurados pelas escravas, os de passeio confeccionados pelas costureiras e as *toilettes* encomendadas no Rio de Janeiro.

Havia muitas lojas de fazendas secas na cidade que vendiam em retalhos, ou no balcão, os vários tecidos importados pelos negociantes de grosso trato. Essas lojas forneciam uma variedade de produtos secos, enquanto as outras, normalmente armazéns, ocupavam-se com os molhados.

As lojas vendiam os tecidos em peças, varas, retalhos ou côvados<sup>42</sup>. As peças eram vendidas principalmente em côvados, e no final sobravam os retalhos. O valor dos tecidos variava muito. Eles eram avaliados conforme o estado de conservação da peça – os panos manchavam, desbotavam ou furavam no armazenamento –, a qualidade dos fios e a sua cor – sendo que o preto era mais valorizado. Em geral, os preços dos tecidos foram reduzindo, não acompanhando a desvalorização dos mil-réis ou o aumento do valor da prata e do ouro.

Vendiam-se chita inglesa (\$195), da fábrica (\$480) ou francesa (\$640). A baeta de lã amarela (\$400) era mais barata do que a preta (\$800), o baetão era adequado para os cobertores (1 \$100). Com o belbute de algodão (\$350), o droguete de lã (\$400), o durante de lã (\$220), a holandã (entre \$100 e 200), a casimira de lã (\$900 e 1 \$800), o fumo preto de luto e o fustão (\$300) e também o veludo (3 \$000) faziam-se diversas peças. O duraque servia



Figura 5 – Miguel Dutra (1810-1875). Figura com chapéu, s.d., aquarela. Acervo do Museu Republicano *Convenção de Itu* /USP.



para os calçados (\$220). Havia ainda para colchão o riscado de algodão, o de algodão americano, o algodão fino e ordinário (\$116), o da Índia (\$240) e o riscadinho inglês, o cetim de Macau (\$1400), de fábrica (\$960), francês (\$750), de Nação (1\$300); a ganga de algodão (\$105), de seda (\$120), inglesa (\$100), de Flandres (\$160), da fábrica e da Índia; e o pano da fábrica de Porto Alegre (1\$000), o ordinário inglês (\$920), o entrefino (1\$100) e o ordinário. Enfim, as roupas dos paulistanos eram confeccionadas com as peças provenientes dos vários mercados do mundo<sup>43</sup>. Selecionamos o valor médio do côvado dos tecidos.

As roupas pessoais continuaram sendo incluídas nos inventários do século XIX, mas foram rareando principalmente nos inventários mais ricos. As camisas foram as mais mencionadas e eram feitas de bretonha, linho, cambrieta, irlandesa, paletilha e morim. Essa peça podia ser também feminina. Os vestidos, as saias e as véstias utilizavam os tecidos mais finos, como cetim, chita, cassa, seda, chamalote ou pano. As capas e os mantos eram de seda ou damasco, enquanto as mantilhas e xales levavam casimira e droguete. Os capotes, os capotinhos, os ponchos e as jaquetas, confeccionados nas diversas variedades de lã, eram as peças mais dispendiosas das casas.

Havia principalmente peças masculinas nos inventários. A ganga, o algodão, o cetim, a casimira, a sarja, o linho, o brim ou o belbute serviam para costurar os coletes, as calças, os calções e os macaquinhos. O preto e o azul foram as cores dominantes das roupas masculinas e femininas.

Muitas roupas eram de uso cerimonial. Os hábitos da igreja de Nossa Senhora do Carmo e os dos franciscanos eram os preferidos, mas havia também os hábitos dos irmãos da Ordem de Avis, as vestes dos irmãos dos Passos e as capas dos republicanos ou vereadores da cidade. Computamos ainda muitos uniformes, sendo que a farda de ordenança azul, com colete e calção de casimira e galão de ouro, podia custar até 32\$000.

As lojas vendiam os acessórios e os equipamentos de costura; contudo, poucos vestidos de cassa, coletes de baeta, calças de brim, vestias e os hábitos dos franciscanos podiam ser adquiridos prontos. As tesouras, os colchetes e as agulhas eram geralmente ingleses; as linhas, em meadas ou maço, podiam ser da Bretanha, Guimarães, ou inglesas; as varas de rendas vinham da França; as miçangas, os dedais, os alfinetes e os botões eram vendidos em maços, cartas, grosas ou dúzias.

Os botões eram confeccionados com materiais variados, como madreperla, osso, metal, massa, casquinha, estanho, pedra-sabão, pedras ou forrados com tecidos. As roupas das festas e das cerimônias eram enriquecidas com botões de ouro, prata e pedras. Essas peças eram arroladas em conjunto com as jóias da família, um botão de ouro e pedras podia valer até 14\$000.

Além dos lenços de seda preta para o pescoço e dos brancos para as gravatas dos homens, os chapéus eram os acessórios para todas as idades. As lojas forneciam chapéu de sol, português ou holandês, com pedras, de Braga, fino e armado, copa alta ou baixa, com galão, com três bicos (\$640), com galão e pluma, cartola, de pêlo inglês, com presilha de prata (8\$640) ou os barretes. Eles eram classificados e numerados conforme o tamanho da copa.

43. David-Thierry Ruddle (1983) escreveu um artigo sobre a produção têxtil de Quebec na época da expansão dos negócios britânicos naquela região. O autor estabelece um interessante diálogo entre a história da vida material e a história política. No início do século XIX, os tecidos e as roupas da moda dos ingleses ganhavam o mercado canadense em detrimento das atividades locais, em reação a isso, o grupo nacionalista organizou campanhas de boicotes aos importados, provocando assim a intervenção da armada britânica a favor dos grandes negociantes.

As meias completavam também os trajes das senhoras, dos homens e das crianças. Os homens usavam principalmente meias pretas, as brancas eram femininas, enquanto as pérolas serviam para todos. Elas podiam ser curtas ou compridas, de linho, de seda, de algodão e inglesas, de lã ou de fio escócia. Os pares das meias curtas de algodão valiam em torno de \$200, já os pares das meias de seda podiam chegar a 2\$000.

Os sapatos eram confeccionados na região, no entanto, os instrumentos dos sapateiros e os tamancos vinham de fora. Os armazéns vendiam grande variedade de couros para o mobiliário e para as vestimentas, tais como camurça, pelúcia, carneiro, bovino, cordovão, porco, cotia, veado e o marroquim. Eles forneciam ainda os fios, as facas, os dedais, as sedas, as brochas, os foles, as pastas, os cravadores, os trinchetes e os calcanhares para os sapateiros. O couro era a matéria-prima básica dos sapatos, botas, botinas, chinelas e luvas, mas havia também os calçados de duraque, mais apropriados para o âmbito doméstico.

Os sapatos eram adornados com fivelas, as mais comuns eram de estanho (\$40), latão ou ferro, outras, porém, eram verdadeiras jóias de prata, de ouro (61\$000) e de pedras. O par de sapatos simples de couro custava menos de mil-réis.

Gustavo Beyer (1970) estranhou que o povo, com abundância de lã e algodão, precisasse importar roupas e tecidos. Mas sem uma tarifa protecionista eficiente as atividades artesanais locais não conseguiam manter-se.

Com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e a liberação dos portos brasileiros, muitas casas exportadoras inglesas enviaram seus representantes comerciais e, a seguir, constituíram representação em São Paulo para cuidar de seus interesses. É por isso que os negociantes de grosso trato paulistas foram trocando seus estoques de fazendas secas importadas pelos engenhos.

Muitos anunciantes estrangeiros ofereceram seus produtos e serviços nas várias edições de *O farol paulistano*. Por exemplo, J. Dillon, da Rua do Ouvidor, vendia roupas e acessórios finos para senhoras. A galera inglesa Mary Ribby oferecia cômodos para passageiros. Madame Cutilon, na Rua do Rosário, recuperava tecidos finos e vendia enfeites para senhoras a preços acomodados. Anunciavam assim uma nova fase, pois em outros tempos era incomum estrangeiros nas listas das ocupações da urbe.

## Os relógios e as jóias

Segundo Alcântara Machado (1929), as jóias teriam sido o mais importante item dos inventários paulistas seiscentistas. Nossos dados indicaram que, no Oitocentos, o paulista herdava ainda muitas jóias da família, entretanto, nessa época os bens de produção – as terras, os equipamentos e os escravos – e os imóveis haviam se tornado mais importantes do que as jóias nas heranças. A oitava do ouro e da prata teve uma grande alta entre 1800 e 1850: a prata variou de \$100 a \$200 e o ouro de 1\$300 a 2\$300, isto é, as jóias

acompanharam com folga a inflação dos mil-réis do período, ao mesmo tempo em que os outros produtos de consumo caíam de preço em vista da modernização dos processos produtivos. O aumento de valor dos metais preciosos pode ser observado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Evolução do valor dos bens domésticos em dois períodos por grupos**

	Tipo	Valor monte bruto em conto de réis	Nº Invent.	%	Bens Pessoais	Metais preciosos	Total Bens Domésticos	%
1800-1824	Grupo A	Mais de 50	2	3%	4.172.430	5.291.340	9.463.770	22%
	Grupo B	Até 50	17	24%	8.040.252	6.947.597	14.987.849	34%
	Grupo C	Até 10	52	73%	11.153.228	8.110.425	19.253.653	44%
		TOTAL	71	100%	23.365.910	20.339.362	43.705.272	100%
1825-1850	Grupo A	Mais de 50	11	15%	41.129.263	65.700.562	106.829.825	73%
	Grupo B	Até 50	23	31%	12.586.331	14.717.865	27.304.196	19%
	Grupo C	Até 10	41	55%	7.861.518	5.050.573	12.912.091	9%
	TOTAL	75	100%	61.577.112	85.469.000	147.046.112	100%	
<b>Total Geral</b>		<b>146</b>			<b>84.943.022</b>	<b>105.808.362</b>	<b>190.751.384</b>	

Fonte: 146 inventários AJESP

Nessa tabela podemos verificar que o crescimento dos investimentos nos bens residenciais era proporcionado principalmente pelo consumo do grupo mais rico. Os 11 mais ricos (com montes brutos acima de 50:000\$000 ou mais de £ 20.000), após 1825, conseguiram dobrar o valor médio dos bens domésticos ou de consumo (sem contar a inflação do período). Os 23 menos ricos (montes brutos entre 10:000\$000 e 50:000\$000) conseguiram um acréscimo de 35% nesses bens. Enquanto os remediados perderam 15% do valor empregado nesses bens.

Localizamos mais relógios pessoais do que residenciais. Os relógios de algibeira e os de cordão podiam conter vários acessórios, tais como: chaves, correntes, caixas, sinetes e pedras; as caixas podiam ser de tartaruga, de prata, de ouro e pedras, as correntes e as chaves em geral eram de ouro, e o mostrador podia ser de pérolas. Muitos relógios eram franceses e um deles tinha feitiço de Roberto Rokll. Um relógio comum valia em torno de 5\$000, enquanto os relógios da família de Genebra de Barros custavam 97\$000 cada<sup>44</sup>.

Em 1828, P. Kiehl, relojoeiro da Rua do Carmo, vendia relógios de “fábricas Inglesas, Francesas e Alemãs” e “também conserta[va] realejos”. Próximo, na Rua do Ouvidor, Bonte Dillon, de Paris, fabricante de relógios, oferecia também fazendas e modas francesas. Enquanto, Camilo da Silva Telles,

45. Processo do 1º Ofício da Família, Id., n. 1.090, de 1805.

46. Processo citado. Hardy (1983) comentou que o rico comerciante François-Xavier Paradis acumulara bens pessoais avaliados em £ 503. Os bens pessoais de Genebra de Barros valiam £ 1.541, sua casa foi avaliada em £ 1.210, isto é, o mesmo valor médio das casas da elite canadense. Em geral, os objetos em São Paulo eram mais baratos que os similares de Quebec. O Stanhope de Paradis custava £ 18, a sede dos Souza de Queirós custava £ 10, a mula paulista £ 6 e a canadense £ 10, o maior aluguel paulistano era £ 30 e o equivalente canadense era £ 100 ao ano, ou seja, a elite paulista podia possuir mais bens empregando menos libras. Beyer (1970) e Saint-Hilaire (1976) perceberam que os preços dos produtos em São Paulo eram módicos.

chegado do Rio de Janeiro, ourives, cravador e esmaltador, fazia e consertava jóia (*O farol paulistano*).

Algumas lojas da cidade vendiam fios de ouro, pares de brincos, laços, botões, cordões, cruzes, rosários, anéis, memórias, contas, etc. As jóias dos paulistanos podiam vir do Rio de Janeiro, da Bahia ou de outras praças, porém uma parte devia ser encomendada aos ourives da região.

Os anéis, os brincos e os adereços eram as jóias mais acessíveis. Eles eram de ouro ou prata e podiam receber ornamentos de topázios, crisólitas, diamantes, esmeraldas, cristais, ametistas, águas-marinhas ou pérolas. As memórias celebravam os eventos importantes do casal. Ana Francisca Novaes de Magalhães possuía um anel de ouro com círculo de esmeralda avaliado em 44\$800 e tinha também anéis com os retratos das princesas e da Alteza Real<sup>45</sup>. Alguns brincos eram portugueses ou ingleses. As flores e os laços ornavam os vestidos ou os cabelos, já os broches serviam tanto para as senhoras quanto para os homens.

As famílias preferiam os enfeites do pescoço. Servia uma simples corrente de ouro (7\$000) ou o colar de ouro com 52 brilhantes, que Genebra de Barros mantinha para as cerimônias da Corte no Rio de Janeiro (3:000\$000)<sup>46</sup>. Localizamos muitos fios de pérolas, fios de corais encravados de ouro, colares de prata, fios de contas de ouro, colares com pingentes, cordões de lantejoulas de ouro, cordões e corações de ouro e afogadores. As pulseiras, os braceletes, as bichas e as manilhas formavam conjunto com as outras jóias.

As jóias oitocentistas acabaram tornando-se os dotes preferenciais das filhas, por isso elas foram escasseando das heranças dos pais. As flores de



Figura 6 – Autoria desconhecida. *Francisca Miquelina de Souza Queirós* (1808-1831), s.d., óleo sobre tela. Acervo do Museu Paulista da USP.

brilhantes para cabelos de Genebra de Barros integraram o dote de Francisca Miquelina e, portanto, não apareceram no inventário da mãe (Figura 6). Domingas Francisca Castro Rozo possuía uma pulseira e um par de brincos de brilhantes, valendo, respectivamente, 300\$000 e 128\$000. Esses eram os objetos mais valiosos do casal, indicando, assim, que fora o dote do casamento<sup>47</sup>.

As jóias de cunho religioso e cerimonial apareceram na maioria dos inventários. Localizamos rosários de todos os tamanhos e materiais. Havia rosários para 10 mistérios, para 11 mistérios e sete Marias ou 14 mistérios e 17 Marias. Eles podiam ser de prata, de contas de ouro, de cordão de ouro, de pedras, de granadas, de águas-marinhas, de miçangas ou de acobreados. O rosário de pedras de Ana Francisca, feito no Rio de Janeiro, valia 216\$420. As cruzes, os crucifixos e as medalhas de Nossa Senhora da Conceição eram feitas geralmente de ouro. Muitos portavam as medalhas de ouro de membros das irmandades ou aquelas que simbolizavam a bravura. As mais prestigiadas eram as medalhas da Ordem de Avis, do Santo Ofício, da Ordem de Cristo, ou as medalhas cívicas das campanhas do sul. Alguns ostentavam também os relicários ou breves e os relógios. Francisca Miquelina segura o pequeno retrato do marido preso ao cordão na figura 6.

## A arte sacra e a cultura leiga

As casas de morada conjugavam o lar com os deveres religiosos, por isso encontramos oratórios na maior parte das residências. Eles eram construídos de madeira branca, jacarandá ou madeira da terra; podiam ser decorados com talha dourada, vidros ou painéis; abertos ou fechados, pequenos ou grandes, variando assim de forma e valor (de \$320 a 32\$000). Além disso, os mais destacados negociantes, movidos pela fé ou pela vaidade, criaram altares para as missas em suas residências. Foi o caso do coronel Francisco Pinto Ferraz, morador no Pátio da Sé, que mantinha em casa um altar com crucifixo e resplendor de prata, a imagem de Nossa Senhora da Conceição de pedra e resplendor de ouro – dentro de uma manga vidro –, a imagem de Nossa Senhora das Dores com resplendor e espada de prata, a imagem de Santana com resplendor de prata, três lâminas, quatro castiçais dourados de madeira, cálice de prata, ornamentos e cortinas de damascos, campainha de bronze e missal<sup>48</sup>.

Os oratórios acomodavam diversas imagens. O crucifixo era mais comumente encontrado. Muitos deles eram simples estátuas de madeira, latão ou estanho, outros eram incrementados com resplendor de ouro ou prata, incrustações de marfim, madrepérola ou pedras preciosas. Nossa Senhora da Conceição era a segunda mais importante devoção. Havia imagens de barro, de madeira ou jade, protegidas por mangas de vidros e adornadas com coroa, diadema e resplendor de prata ou ouro. As outras representações de Maria apareceram em menor quantidade, são elas: Nossa Senhora das Dores, do Rosário, da Penha, dos Remédios, da Ponte e da Assunção. Santo Antônio e

47 Processo do 1º Ofício da Família n. 1.180, de 1840. Filha do negociante de grosso trato, do Rio de Janeiro, Domingos Francisco de Araújo Rozo. Esse negociante foi analisado na tese de J. L. R. Frago (1998).

48. Processo do 1º Ofício da Família, n. 9, de 1832. Sheila de Castro (1993) periodizou, a partir do século XVIII, a construção de capelas domésticas e o uso generalizado dos oratórios em Campos dos Goitacases. Em São Paulo, entre os séculos XVIII e XIX, houve também o crescimento das atividades religiosas encabeçadas pelas irmandades leigas, no entanto, as tradições precissões da cidade foram desaparecendo após os anos 1870.

49. As pinturas, de autor anônimo, da família Souza de Queirós fazem parte do acervo do Museu Paulista da USP.

50. Processo do 1º Ofício da Família n. 514, 1836.

51. Id., n. 880, 1814. O juiz recordou que não se devia trazer a leilão as imagens por assim proibir o parágrafo quinto, de 22/21/1779. Era necessário vender particularmente.

Santana encabeçavam os santos mais venerados, e os presépios formavam o conjunto mais sofisticado.

Os painéis, as lâminas, os quadros, as estampas e as pinturas dos santos completavam o ambiente monástico do lar. Os quadros e as pinturas fizeram sua aparição após 1811. As lâminas e os painéis apresentavam predominantemente temas sacros: Nossa Senhora e os santos, enquanto metade dos quadros e das estampas servia à fé. As estampas eram as gravuras-modelos para a reprodução artística. Elas apareceram nos inventários de Francisco Leandro de Toledo Rendon e de José Pinto Tavares, porém nenhum deles estava envolvido com as artes. Localizamos apenas um bordado de ouro e prata de Agnus Dei.

A arte leiga foi lentamente incorporada ao lar. As pinturas podiam ser em fumo ou em cores. Elas baseavam-se na temática chinesa, francesa ou dos animais. Os retratos eram do imperador e de D. João VI. Não localizamos os famosos retratos dos Souza de Queirós nos inventários dessa família<sup>49</sup>. Os quadros retratavam as figuras públicas, as paisagens, os temas clássicos, os sentimentos ou o exotismo oriental. O maior número de quadros leigos foi encontrado na casa do reverendo Antonio J. de Abreu Pereira<sup>50</sup>.

Os objetos da arte sacra e da leiga podiam ser adquiridos nas lojas, entretanto, acreditamos que a maior parte deles era feita sob encomenda pelos artistas da região ou pelos seus discípulos. As antigas listas nominativas assinalam vários indivíduos exercendo as atividades de pintores, escultores e entalhadores (ARAÚJO, 1998).

Todas as peças de arte leiga ou sacra foram avaliadas nos inventários, entretanto, havia um antigo procedimento desaconselhando tal prática. Diziam os juristas que as peças sacras não podiam ser objeto de comércio, elas deviam ser nomeadas para fins de partilha, mas não podiam ir a leilão para o pagamento das dívidas. Apesar da referência a esse procedimento legal, os avaliadores sempre informaram o valor desses objetos<sup>51</sup>.

## As atividades profissionais e as eruditas

As casas de morada acomodavam também os negócios da família. Ali encontramos os estoques dos produtos secos ou molhados, as tendas dos artesãos ou os escritórios dos negociantes. Nas residências ficavam as peças para a contabilidade dos negócios, a escrivaninha de prata ou estanho, a mesa-escrivaninha, a papeleira de jacarandá, o contador de madeira da terra ou dourado, a cômoda-papeleira de madeira de óleo ou cabriúva; o par de tinteiros de louça, de chumbo, de estanho ou de flandres.

As lojas vendiam resma ou maço de papéis pautado, almaço, branco ou pardo, alguns eram ingleses ou da Holanda, e grande variedade de cadernos. Parte dos cadernos e dos tinteiros era para os meninos da escola. Havia tinteiros de louça, de chifre, torneados e potes de tinta de escrever; penas de escrever de aço e lápis e penas de lápis para escrever. Todos os comerciantes tinham



balanças nas suas casas, que variavam de peso e de precisão, as balanças de ouro, por exemplo, eram mais caras.

As lojas ofereciam também as cartilhas e as carteiras para os estudos, as tabuadas, os compassos, os livros santos, as estantes para os livros, o papel para os livros e a prensa para coser livros. É provável que essa prensa fosse para restaurar os livros dos moradores, mas com ela era possível escrever e encadernar pequenos folhetos para a divulgação de programas ou idéias locais. Por exemplo, Afonso Taunay (1956) comenta que próximo da Independência circulou em São Paulo um jornal manuscrito por iniciativa de Antônio Mariano de Azevedo Marques.

O comerciante Antônio José Dias Coelho vendia fazendas secas e livros importados de Lisboa<sup>52</sup>. Sua loja manteve em estoque variada literatura com cerca de 150 títulos. Havia títulos em latim ou francês. A maior quantidade correspondia a exemplares religiosos, como bíblias, vidas dos santos, missais e tratados morais e do direito canônico; a outra parte era muito diversificada, havia seletas de literatura, fábulas, poesias, comédias; manuais de retórica, de direito, de pintura, de história natural; dicionários, gramáticas, tabuadas, ortografia; história, biografias e os clássicos Horácio, Virgílio e Quintiliano. Enfim, levando-se em conta as dimensões da cidade e o baixo índice de alfabetização dos seus moradores, era uma livraria bem sortida.

Nos anexos da tese de Denise A. S. de Moura (2002) há uma lista dos livros anunciados em *O farol paulistano* entre 1827 e 1830. São obras principalmente com temas jurídicos e filosóficos, ou seja, apropriadas para os alunos do novo curso jurídico.

Cerca de um terço dos inventariados tinha ao menos um livro para seu manuseio ou para o comércio. A biblioteca mais incrementada foi encontrada na residência do Dr. José da Costa Carvalho. Ela continha 326 exemplares com os temas fundamentais da época, tais como, História Natural de Lineo, Humboldt e Martius; Filosofia de Rousseau e Montesquieu; História de Tito Lívio e Bossuet; Economia de Ricardo; fábulas de La Fontaine; teatro de Racine e Molière; novelas de Walter Scott; Cláudio Manoel da Costa, Ariosto e Dante; muitos dicionários, atlas, enciclopédias, gramáticas, manuais de direito, química, medicina, farmácia, matemática, administração, agronomia, biografias e memórias; muitos estavam em língua francesa, espanhola, italiana, inglesa e em latim, sendo a maioria em língua portuguesa. O tenente-coronel Francisco Comptom D'Elboux havia também organizado uma biblioteca variada com 64 exemplares, principalmente na sua língua nativa, o inglês<sup>53</sup>. Esses livros deviam circular por empréstimo, alargando com isso o horizonte de informações dos habitantes da região.

A primeira biblioteca pública paulista foi formada em 1825, pela incorporação das bibliotecas dos franciscanos e a do falecido bispo D. Matheus de Abreu Pereira (ELLIS, 1957). Posteriormente, ela foi oferecida ao curso de Direito da Faculdade São Francisco. Os beneditinos deviam manter a mais antiga biblioteca da cidade, porém, dada a tradição da clausura – conservada até hoje –, esses livros não estavam disponíveis para as mulheres.

52. Processo do 1º Ofício da Família, n. 1182, de 1806.

53. Id., n. 501 e 810, de 1838 e 1816, respectivamente.

Alguns comerciantes investiam tanto na produção agrícola quanto na artesanal. O negociante de secos e molhados Francisco Antonio de Miranda tinha tendas de ferreiro e de sapateiro; Bento Dias Vieira possuía tenda de ferreiro, ao lado da Ponte do Lorena, que produzia ferramentas agrícolas, e um sítio de mantimentos, em Santana. Os agricultores investiam também no artesanato. O alferes Francisco Antônio Baruel era agricultor, criador, fabricante de farinha, de telhas e talvez revendessee fazendas secas; o capitão João Franco da Rocha era agricultor, criador, tinha tenda de ferreiro e estoques e ferramentas para fabricação de tecidos e rendas no sítio; José Alves Siqueira produzia alimentos em Santana, tinha tenda de ferreiro no Brás e fabricava telhas no Tatuapé<sup>54</sup>.

Essa diversificação das ocupações das famílias – envolvidas até no artesanato – era possibilitada pela utilização dos escravos especializados. Com isso, surgiram muitas demandas nas partilhas, porque não adiantava herdar as tendas e as ferramentas sem os escravos que as manejavam. Essas oficinas aproveitavam-se da produção da fábrica de ferro Ipanema, mas como essa fábrica teve períodos de aumento e declínio de produção, é possível que as ferramentas importadas fossem ganhando gradativamente o mercado paulista.

Enfim, nossa pesquisa identificou muitas alterações no padrão de consumo do paulistano, no entanto, os antigos recenseamentos não registraram o correspondente aumento das atividades artesanais na primeira metade do Oitocentos. Acreditamos que a concentração das fortunas em poucas famílias, o emprego de escravos nas atividades dos homens livres e as facilidades de importação podem ter sido grandes empecilhos para o pleno desenvolvimento do mercado local.

### Considerações finais

A análise das casas paulistanas nos revelou uma série de mudanças de hábitos, geralmente lideradas pelo grupo mais rico, que construindo chácaras ao redor do núcleo central, deu os primeiros passos para a separação do mundo dos negócios do mundo doméstico. Essa separação ampliava a qualidade de vida da família, pois as chácaras possuíam bicas d'água de melhor qualidade, pomares e hortas, além de serem mais arejadas e espaçosas.

Os móveis tornaram-se menos rebuscados e tendiam a formar conjuntos. As demais peças da casa acompanharam essas tendências. Os móveis versáteis vão perdendo espaço para as peças mais específicas. Aumenta o número de cadeiras, que se tornam mais acessíveis. Os aparadores para ampliar os espaços das mesas, os espelhos que aumentavam os cômodos e os fogões vão surgindo próximo de meados do século XIX. As roupas em particular recebem um grande incentivo com as facilidades da importação.

Em muitas casas os oratórios e os altares domésticos eram os nichos mais valiosos. A cera e as velas serviam para a iluminação e para essa devoção

familiar. Ampliam-se as noções de higiene e da aparência e, também, a oferta de livros.

A elite ainda não absorvera a necessidade de viver em palácios e por isso pouco valor dava às carruagens, aos lustres, aos tapetes e às cortinas. Havia um grande investimento na prataria porque ela enobrecia e valorizava. Pelo mesmo motivo passaram a oferecer as jóias nos dotes das filhas.

Identificamos no limiar do Oitocentos inúmeras tentativas de produção local dos produtos importados. Até as tradicionais especiarias do Oriente tornavam-se temperos da terra. Entretanto, a tendência de “substituição dos importados” não se concretizou naquele momento.

Todas essas transformações foram atraindo mais indivíduos oferecendo objetos e serviços. Cada vez circulava mais estrangeiros, escravos e importados pela cidade. Esses novos elementos davam um ar mais cosmopolita ao burgo pachorrento sem animação e sem dote a que se referiu Vieira Bueno (1976), mas, também, devem ter deixado sem ocupação o grupo mais pobre, aqueles que “viviam das suas artes ou das suas indústrias”.

As residências aqui apresentadas agrupavam-se nas principais ruas do centro: Rua Direita, Rua do Ouvidor, Rua São Bento, Rua do Rosário, Pátio da Sé, etc. As famílias que lá residiam moravam perto, porém viviam em mundos muito distantes. Havia mobilidade social, mas para sobreviver nessa sociedade, sem sesmaria, era necessário ser muito criativo.

Acreditamos que as trocas, o abastecimento e os transportes foram as atividades que ofereceram mais oportunidades à maioria desses moradores.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. de (Org.). *Quantos anos faz o Brasil?*. São Paulo: Edusp, 2000.

ARAÚJO, M. L. V. Arte e artistas de São Paulo no século XVIII. In: *Encontro Regional de História*, Anpuh, n. 24, 1998, São Paulo. (Resumo).

\_\_\_\_\_. O centro urbano de São Paulo no limiar do Oitocentos. *Revista Histórica*. São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, n. 5, p. 60-62, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. 2003. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BARROS, M. P. de. *No tempo de dantes* [1 ed. 1946]. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BELLUZZO, A. M. de M. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros, Salvador: Fund. Odebrech, 1994. 3 v.

Annals of Museu Paulista. v. 12. Jan.-Dec. 2004.

BEYER, G. Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813. Tradução por Alfredo Löfgren. *Revista do Instituto Hist. Geog. de S. Paulo*, São Paulo, v. 12, p. 275-311, 1970.

BRANCANTE, E. F. *Brasil e a cerâmica antiga*. São Paulo: Lithographia Ypiranga, 1981.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. [1 ed. 1979] Tradução por Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 3 v.

BRUNO, E. S. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. [1 ed. 1953-1954]. v. 2. São Paulo: Hucitec, 1991.

BUENO, F. de A. V. *A cidade de São Paulo. Recordações evocadas de memória* [1ª ed. 1903]. São Paulo: Bib. Acad. Paul. de Letras, 1976.

CARNEIRO, N. *Rugendas no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1976.

D'ALINCOURT, L. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá* [1ª ed. 1830]. São Paulo: Martins, 1953.

RUDDEL, D.-T. The domestic textile industry in the region and city of Quebec, 1792-1835. *Revue d'histoire de la culture matérielle*, Ottawa, Musée National de l'Homme, n. 17, p. 95-125, 1983.

ELLIS, M. Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 30, p. 387-447, abr.-jun. 1957.

FARIA, S. S. de C. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX. *Anais do Museu Paulista*. N. Série, São Paulo, n. 1, p. 107-129, 1993.

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HARDY, J.-P. Niveaux de richesse et intérieurs domestiques dans le quartier Saint-Roch à Québec, 1820-1850. *Revue d'histoire de la culture matérielle*, Ottawa, Musée National de l'Homme, n. 17, p. 63-94, 1983.

\_\_\_\_\_. *La naissance du confort ou La mutation de la vie quotidienne dans la vallée du Saint-Laurent (1790-1835)*. 1997. Thèse (Doctorat d'histoire) – Faculté des Études Supérieures, Université de Montréal, Montreal, 1997.

KIDDER, D. P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil* [1ª ed. 1842]. Tradução por Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins/Edusp, 1972.

KUZNESOF, E. A. *Household economy and urban development São Paulo, 1765 to 1836*. Boulder; London: Westview Press, 1986.

LAGO, P. C. do. *Iconografia paulistana do século XIX*. São Paulo: Metalivros, 1998.

LEMOS, C. A. C. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *Casa paulista. História das moradias anteriores ao eclétismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.

LOURENÇO, J. C. *A cidade de São Paulo (1808 a 1821)*. 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

MACHADO, J. de A. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: R. Tribunaes, 1929.

MARCÍLIO, M. L. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1974.

MARQUES, C. E. P. *Riqueza e escravidão. Dimensões materiais da sociedade no segundo reinado: Bonfim/MG*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARTIUS, C. F. P. von.; SPIX, J. B. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução por Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981.

MAWE, J. *Viagens ao interior do Brasil* [1ª ed. 1812]. Tradução por Selena Benevides Viana. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1978.

MELLO, M. R. de M. C. *A industrialização do algodão na cidade de São Paulo no alvorecer do século XIX (1813-1830)*. 1977. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

MOSTEIRO DE SÃO BENTO – São Paulo. São Paulo: Comp. Antártica/M. São Bento, 1988.

MOURA, D. A. S. de. *Economia, cultura e sociedade em São Paulo (1808-1850)*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MUSEU DA CASA BRASILEIRA. *O móvel da casa brasileira*. Texto de Glória Bayeux. São Paulo: M.C.B., 1997.

NAZZARI, M. *Disappearance of the Dowry: Women, Families and Social Change in São Paulo, Brazil (1600 - 1990)*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

OLIVEIRA, M. F. de. Em casas térreas com alcova. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900. *Anais do Museu Paulista*. N. Série. São Paulo, v. 8/9, p. 55-76, 2000-2001.

PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968.

RABELLO, E. D. A cidade e sua estrutura profissional: 1804-1825. In: COSTA, I. del N. da (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 223-244.

\_\_\_\_\_. *Os comerciantes na sociedade paulistana na primeira metade do século XIX*. 1988. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1988.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. N. série, São Paulo, v. 4, p. 165-82, jan./dez. 1996.

REIS FILHO, N. G. *Quadro da arquitetura no Brasil* [1ª ed. 1970]. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SAIA, L. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à província de São Paulo* [viagem de 1819-1822]. Tradução por Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976.

SILVA, F.A. da. *Diversificação e concentração no mercado interno paulista (1780-1870)*. 2003. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

TAUNAY, A. de E. *História colonial da cidade de São Paulo no século XIX*. v. 3. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1956.

\_\_\_\_\_. *História da cidade de São Paulo sob o império*. v. 5 [1831-42]. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1961.

WALLOT, J.-P. et al. Culture matérielle et société au Québec, 1792-1835. *Revue d'histoire de la culture matérielle*, Ottawa, Musée National de l'Homme n. 17, p. 9-23, 1983.

Artigo apresentado em 08/2004. Aprovado em 10/2004.